



|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>PROCESSO</b>     | <b>23.798-1/2015</b>   |
| <b>ASSUNTO</b>      | <b>REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA</b>   |
| <b>PRINCIPAL</b>    | <b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>   |
| <b>RESPONSÁVEIS</b> | <b>DEPUTADO ROMOALDO ALOÍSIO BORACZYNSKI JUNIOR<br/>DEPUTADO MAURO LUIZ SAVI<br/>VALDENIR RODRIGUES BENEDITO<br/>MARIO KAZUO IWASSAKE<br/>ADILSON MOREIRA DA SILVA<br/>TIRANTE CONTRATUTORA E CONSULTORIA LTDA</b> |
| <b>RELATOR</b>      | <b>CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI</b>   |

## **VOTO**

1. Após o chamamento do feito à ordem para a anulação do Acórdão nº 299/2018 – TP e consequente retorno dos autos à fase de instrução, o Ministério público de Contas, provocado por este Relator a se manifestar, suscitou o reconhecimento da extinção da pretensão punitiva deste Tribunal, tendo em vista o transcurso de mais de cinco anos do último marco interruptivo da prescrição.
2. Assim, anteriormente ao prosseguimento do feito, considerando que o instituto da prescrição é matéria de ordem pública e consagra o direito fundamental à razoável duração do processo<sup>1</sup>, bem como o princípio administrativo da eficiência<sup>2</sup>, impõe-se a análise do tema.
3. É importante ressaltar que não é razoável que o processo judicial e administrativo possa se perpetuar indefinidamente no tempo, gerando insegurança jurídica e prejudicando o direito ao contraditório e ampla defesa dos interessados. Vale dizer que eventual decisão condenatória desta Corte que ignore os parâmetros constitucionais citados é passível, inclusive, de controle judicial.
4. Nessa linha, esclareço que, nos últimos anos, a regulamentação do instituto da prescrição tem recebido a devida atenção no âmbito deste Tribunal de Contas.

<sup>1</sup> Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

<sup>2</sup> Art. 37 da Constituição Federal.





5. Sob a égide da legislação anterior, vigorava a orientação contida no Acórdão nº 337/2021, de 10/08/2021, decisão em que este Tribunal superou o entendimento solidificado na Resolução de Consulta nº 7/2018, que submetia a prescrição da pretensão punitiva ao prazo geral de dez anos estabelecido no art. 205 do Código Civil.
6. Referida decisão, em respeito ao princípio da simetria constitucional, veio para equiparar o prazo prescricional aos parâmetros definidos pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a prescritibilidade do ressarcimento ao erário decorrente de decisão do Tribunal de Contas da União no prazo de cinco anos, conforme determinado na Lei Federal nº 9.873/99, não ocorrendo a prescrição somente com relação às ações fundadas na prática de ato doloso de improbidade administrativa<sup>3</sup>.
7. Dentro dessas premissas, o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso aprovou a Lei nº 11.599/2021, alinhando a regulamentação estadual da matéria aos citados precedentes, e estabelecendo o prazo prescricional de cinco anos para a pretensão punitiva do TCE-MT, “contado a partir da data do fato ou ato ilícito ou irregular ou, no caso de infração permanente e continuada, do dia de sua cessação”.
8. Vale mencionar que o dispositivo normativo em questão previu somente a citação efetiva como marco interruptivo da prescrição.<sup>4</sup>
9. Seguindo a linha tomada pelo legislador, esta Corte editou a Resolução Normativa nº 3/2022, que tratou com mais detalhes do procedimento a ser adotado aos processos que envolvam a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva nos processos de controle externo.
10. Atualmente, a matéria é regulamentada pelo recente Código de Processo de Controle Externo, em seu artigo 83 e seguintes, por meio do qual incluiu, entre outras inovações, novas causas de interrupção da prescrição não previstas na legislação anterior.
11. O referido dispositivo assim dispõe:

<sup>3</sup> RE nº 669.069, 852.475 e 636.886.

<sup>4</sup> Art. 2º A citação efetiva interrompe a prescrição.

§ 1º A interrupção da prescrição somente se dará uma vez, recomeçando novo prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da interrupção.

§ 2º O conselheiro relator reconhecerá a prescrição de ofício, após vista ao Ministério Público de Contas.





Art. 86 São causas que interrompem a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento:

I - a citação válida;

II - a publicação de decisão condenatória recorrível. Parágrafo único. A prescrição interrompida volta a fluir da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo em que ocorrida a causa interruptiva.

12. Em atenção ao tema e sua importância, e prezando pela segurança jurídica dos jurisdicionados, esta Corte, mediante o Acórdão nº 816/2023 – PV, de Relatoria do Conselheiro Guilherme Antônio Maluf, com fundamento no princípio da ultratividade da lei mais benéfica, definiu que a nova legislação só será aplicável aos processos iniciados e às prescrições ocorridas após a data de 1º de agosto de 2023.

13. Feita estas considerações, da análise do caso concreto, infere-se que o transcurso do prazo prescricional é de fácil constatação e se consumaria tanto sob o manto da legislação anterior quanto do atual Código de Processo de Controle Externo.

14. Isso porque, nos termos do parecer ministerial, a decisão condenatória recorrível – marco interruptivo previsto no inciso II do art. 86 do CPCE – foi publicada na data de 21/08/2018, ou seja, transcorrido o prazo de mais de cinco anos entre a interrupção até a presente data. Destaco que conclusão diversa não seria possível ainda que se considerasse para efeitos de interrupção o marco delimitado pela Lei Estadual nº 11.599/2021 (citação válida).

15. Sendo assim, acolho o Parecer Ministerial nº 281/2024, de autoria do Procurador-geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar, e, com fundamento na Lei nº 11.599/2021, c/c a Resolução Normativa nº 3/2022 e art. 86 do Código de Processo de Controle Externo, **VOTO** pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, extinguindo-se os autos com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, II, do Código de Processo Civil.

16. **É como voto.**

Cuiabá, 13 de junho de 2024.

(assinatura Digital)<sup>5</sup>  
**CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI**  
Relator

<sup>5</sup> Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

